



A handwritten signature in black ink, appearing to be "J. J. J." or similar, with a large flourish.

CONCURSO PÚBLICO

PROGRAMA DE CONCURSO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS AO MUNICÍPIO

10 de setembro de 2019



PROGRAMA DE CONCURSO

Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º Objeto do concurso

O presente concurso público tem por objeto principal a prestação de serviços na área de seguros para o Município de Vila Real, em conformidade com o descrito no Caderno de Encargos e respetivos anexos, nos seguintes ramos:

- a) Acidentes Pessoais
 - i. Contratos de Emprego e Inserção – IEPF: CEI's e CEI's +.
 - ii. Campo de Férias – Grupo.
 - iii. Torneios de Futsal Inter-Freguesias e Inter-Instituições
 - iv. Estágios Profissionais – PEPAL.
 - v. Membros da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens
- b) Acidentes de Trabalho
 - i. Trabalhadores do município.
- c) Multirriscos Patrimonial.
- d) Automóvel.
- e) Responsabilidade Civil Geral.
- f) Aeródromo Municipal.

Artigo 2º Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Vila Real, sito na Avenida Carvalho Araújo, 5000-657 Vila Real, com o número de telefone 259 308 100 e fax 259 308 161, com o endereço eletrónico geral@cm-vilareal.pt e plataforma eletrónica de contratação utilizada entidade no site www.vortalgov.pt.

Artigo 3º Órgão que tomou a decisão de contratar

O órgão que tomou a decisão de contratar é a Câmara Municipal de Vila Real, na sua reunião ordinária de ____/____/2019, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e o n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, adiante designado por “CCP”

Artigo 4º Prazo de vigência do contrato

- 1- O período de vigência do contrato será de 1 ano, prorrogável anualmente, até ao limite de três anos;
- 2- O início da aquisição de serviços terá lugar no dia 1 do mês seguinte ao da celebração do contrato, considerando-se este, o dia inicial para a contagem do período de vigência do contrato.



Artigo 5º Peças que constituem o procedimento

- 1- O processo relativo ao presente procedimento e composto pelas seguintes peças:
 - a) Programa de procedimento e seus anexos;
 - b) Caderno de Encargos e seus anexos;
- 2- Os anexos ao programa de procedimento são os seguintes:
 - a) Anexo I - Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do nº 1 art.º 57 do CCP;
 - b) Anexo II - Modelo da declaração da proposta.
- 3- Anexos ao caderno de encargos são os seguintes:
 - a) Anexo I – Informação adicional sobre Acidentes de Trabalho
 - b) Anexo II – Mapa de Viaturas e de Máquinas
 - c) Anexo III – Edifícios e Equipamentos Municipais
 - d) Anexo IV – Informação sobre Caracterização o município
 - e) Anexo V – Escolas, Parques Infantis, Áreas de Lazer e Polivalentes Desportivos
 - f) Anexo VI - Aeródromo Municipal
- 4- O processo a que se refere o nº 1 integra ainda, se for caso disso, os esclarecimentos prestados nos termos definidos no artigo 15º.

Artigo 6º Contagem dos prazos

Os prazos estabelecidos no presente programa de procedimentos contam-se nos termos do artigo 470º do Código dos Contratos Públicos.

CAPITULO II - JÚRI

Artigo 7º Júri

- 1- O procedimento é constituído por um júri composto por três membros efetivos e dois membros suplentes, designados pelo Executivo Municipal.
- 2- O júri terá a seguinte composição:
 - Presidente
Eduardo Luís Varela Rodrigues (Diretor do DAF)
 - Vogais Efetivos
Filipe José Martins Machado (Chefe de Divisão Financeira)
Teresa Raquel Carvalho de Queirós (Técnica Superior - Jurista)
 - Vogais Suplentes
André António Dias de Carvalho Técnico Superior (Património)
Hugo Emanuel Pimentel Azevedo do Fundo (Assistente Técnico)

Artigo 8º Funcionamento

- 1- O júri entra em funções a partir do dia útil subsequente ao envio para publicação do anúncio do procedimento no Diário da República.
- 2- O júri só pode funcionar quando o número de membros presentes corresponda ao número de



membros efetivos.

- 3- O júri pode designar um secretário a quem compete lavrar as atas das respetivas reuniões.
- 4- As deliberações do júri são sempre fundamentadas e são tomadas por maioria de votos, não se admitindo a abstenção.

Artigo 9º Competência

- 1- Compete nomeadamente ao júri do procedimento:
 - a) Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
 - b) Proceder a apreciação das propostas;
 - c) Aprovar erros e omissões do caderno de encargos
 - d) Elaborar os relatórios de análise das propostas.
- 2- O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessárias para efeito de análise e de avaliação das mesmas.

CAPITULO III – CONCORRENTES

Artigo 10º Natureza jurídica dos concorrentes

- 1- As propostas só podem ser apresentadas por empresas de seguros legalmente constituídas, de acordo com a alínea a) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, que estejam autorizadas a explorar os ramos e modalidades de seguro objeto do presente concurso.
- 2- Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 3- Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
- 4- Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

Artigo 11º Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

Em caso de adjudicação a um agrupamento de pessoas coletivas, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo com responsabilidade solidária das empresas agrupadas.

Artigo 12º Consulta e obtenção das peças do processo

- 1- O programa do procedimento e o caderno de encargos são disponibilizados em suporte eletrónico pelo Município de Vila Real, no sítio da Internet www.cm-vilareal.pt e na plataforma eletrónica www.vortalgov.pt.



- 2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do concurso encontram-se disponíveis para consulta e obtenção dos interessados na morada indicada no artigo 3º, todos os dias úteis, das 9H00 as 12H30 e das 14H00 as 17H00, desde o dia da publicação do anúncio em Diário da República até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 3- A consulta e obtenção pelos interessados de cópia das peças do processo não dependem do prévio pagamento de qualquer quantia.
- 4- Os serviços registarão o nome e o endereço eletrónico dos interessados que consultem ou que obtenham as peças do concurso.

Artigo 13º Esclarecimentos e retificações

- 1- Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do processo devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 2- Os esclarecimentos previstos no número anterior serão prestados, por escrito, pelo júri do Concurso, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a entrega das propostas.
- 3- O Executivo Municipal pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos e no prazo previsto no número anterior.
- 4- Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão comunicados à empresa que os solicitou, bem como a todas as empresas que procederam ou venham a proceder ao levantamento das peças do processo e fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito, prevalecendo sobre estas em caso de divergência.

Artigo 14º Visitas às instalações

- 1- Os Interessados podem, até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, realizar visitas aos equipamentos e infraestruturas incluídas no processo de concurso, das 09H00 às 12H00 e das 14H30 às 17H00.
- 2- Para efeitos de visita, os Interessados devem efetuar uma marcação através do endereço eletrónico geral@cm-vilareal.pt com, pelo menos, 3 dias de antecedência relativamente a datas pretendidas, indicando as instalações que pretendem visitar e os dias em que o pretendem fazer.
- 3- Os concorrentes não podem, em qualquer momento ou circunstância, invocar desconhecimento quanto ao que examinaram ou que poderiam ter examinado ou imputar ao Município de Vila Real, a esse título, qualquer responsabilidade.

CAPITULO IV - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Artigo 15º Prazo

- 1- As propostas dos concorrentes devem ser apresentadas até as 23H59 do dia ____/____/2019.
- 2- Quando as retificações ou os esclarecimentos prestados sobre as peças do procedimento sejam comunicadas para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período



equivalente ao do atraso verificado.

- 3- Quando as retificações referidas no número anterior, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros ou de omissões do caderno de encargos implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou a publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

Artigo 16º Modo de apresentação das propostas

- 1- Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Vila Real, www.vortalgov.pt.
- 2- A assinatura e encriptação das propostas e respetiva documentação serão realizadas através de um certificado qualificado, o qual deverá ser atempadamente adquirido junto da entidade credenciada nos termos da legislação em vigor.

Artigo 17º Documentos que constituem a proposta

- 1- Todos os documentos que constituem a proposta abaixo indicados devem ser assinados eletronicamente, através de certificado qualificado, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- 2- A proposta é constituída pelos seguintes elementos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao Código dos Contratos Públicos, nos termos da alínea a), nº 1 do artigo 57º do mesmo diploma legal;
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos a concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nos termos da alínea b), nº 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos, designadamente a proposta de preço, apresentada de acordo com o Anexo III ao programa de concurso, dele fazendo parte integrante;
 - c) Documentos que contenham os termos ou condições que vinculem o concorrente ao cumprimento dos aspetos de execução do contrato não submetido à concorrência pelo caderno de encargos, nos termos da alínea c), nº 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
 - d) Nota justificativa do preço proposto;
 - e) Certidão de registo comercial ou em alternativa código de certidão permanente para consulta on-line no site portal da empresa, ou documento equiparado;

Artigo 18º Propostas Variante

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.



Artigo 19º Preço base

O preço base do concurso é de 126 800 €, isento de IVA conforme disposto no nº 28 do artigo 9º do Código do IVA.

Artigo 20º Idioma dos documentos

- 1- Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 2- Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos da proposta estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o candidato fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 21º Documentos de habilitação

- 1- O adjudicatário deverá apresentar os documentos de habilitação mencionados nas alíneas a), conforme modelo anexo II, e b) do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, através da plataforma eletrónica www.vortalgov.pt.
- 2- A apresentação dos documentos mencionados no ponto anterior deverá ser efetuada nos termos do nº 1 do artigo 83º do CCP, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a receção da notificação de adjudicação.

Artigo 22º Prazo para a supressão de irregularidades

Nos termos do artigo 86º do CCP, as irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação são suprimidas no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de receção da notificação para a apresentação dos documentos ou elementos em falta.

Artigo 23º Publicitação da lista de concorrentes

No dia imediato ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, o Júri procederá à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica www.vortalgov.pt, aplicando o disposto no artigo 138º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 24º Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter a validade das suas propostas durante o prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas. O prazo de manutenção das propostas considera-se prorrogado por igual período se os concorrentes nada requererem em contrário.

Artigo 25º Critérios de adjudicação

A adjudicação será feita à proposta com o preço mais baixo.



CAPITULO V - PREPARAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Artigo 26º Relatório preliminar

- 1- Após a análise das propostas e a aplicação dos critérios de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas.
- 2- No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também, fundamentadamente propor a exclusão das propostas, nos termos das alíneas a) a o) do nº 2 do artigo 146º do CCP.
- 3- Do relatório preliminar constará referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72º do código dos Contratos Públicos.

Artigo 27º Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia nos termos do disposto no artigo 147º do CCP.

Artigo 28º Relatório final

- 1- Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no nº 2 do artigo 146º do CCP.
- 2- No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
- 3- O relatório final, juntamente com demais documentos que compõem o processo de concurso é enviado ao Executivo Municipal.
- 4- Cabe ao Executivo Municipal decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

CAPITULO VI - ADJUDICAÇÃO

Artigo 29º Adjudicação

- 1- O Executivo Municipal toma a decisão de adjudicação e notifica-a aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
- 2- Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no



número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.

- 3- A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
- 4- Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o Executivo Municipal notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos.
- 5- As notificações referidas nos números anteriores são acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 30º Causas da não adjudicação

- 1- Não há lugar a adjudicação quando:
 - a) Nenhum dos concorrentes haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para apresentação das propostas;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
- 2- A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, será notificada a todos os concorrentes.

CAPITULO VII - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 31º Conteúdo do contrato

Faz parte integrante do contrato um clausulado que contem os seguintes elementos:

- a) A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como o título a que intervêm, com indicação dos atos que os habilitem para esse efeito;
- b) A indicação do ato de adjudicação e do ato de aprovação da minuta do contrato;
- c) A descrição do objeto do contrato;
- d) O preço contratual;
- e) O prazo de execução das principais prestações objeto do contrato;
- f) Os ajustamentos aceites pelo adjudicatário;
- g) O nº de compromisso e classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao contrato

Artigo 32º Minuta do contrato

- 1- A minuta do contrato é aprovada pelo Executivo Municipal depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.



- 2- Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o Executivo Municipal notifica o adjudicatário.
- 3- A minuta do contrato a celebrar considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 33º Outorga do contrato

A outorga do contrato terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução.

CAPITULO VIII - CAUÇÃO

Artigo 34º Valor e modo de prestação da caução

É dispensada a prestação de caução nos termos do nº 2 do artigo 88º do CCP.

CAPITULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 35º Falsidade de documentos e de declarações

Sem prejuízo da participação a entidade competente para efeito de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

Artigo 36º Novos serviços

Nos termos e para efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 27º do Código dos Contratos Públicos, desde já se indica a possibilidade de adoção de um procedimento de ajuste direto para a celebração de um futuro contrato de aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares ao objeto do presente concurso público.

Artigo 37º Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e legislação complementar.



ANEXO I (a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º)

.. (nome, numero de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, numero de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do concurso Público Internacional de "Prestação de Serviços de Seguros no Município de Vila Real", declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.

- 1 Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (2):
 - a)
 - b)
- 2 Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar a execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 3 Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Os titulares dos seus órgãos sociais (de administração, direção ou gerência) não foram condenados por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional; (3)
 - c) Os titulares dos órgãos sociais (administração, direção ou gerência) não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional; (4)
 - d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal); (5)
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal); (6)
 - f) Não foi objeto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do artigo 215 do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45º da Lei nº 18/2003, de 11 de Junho, e no nº 1 do artigo 460º do Código dos Contratos Públicos; (7)
 - g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 1 do artigo 627º do Código do Trabalho; (8)



- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal); (9)
 - i) Os titulares dos seus órgãos sociais (de administração, direção ou gerência) não foram condenados por alguns crimes:
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa a proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento dos capitais, na aceção do artigo 1.º relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - j) Não prestou qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.
- 4 O declarante tem conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação a entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 5 Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
- 6 O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação a entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



.... (local)..... (data)

... (assinatura do representante que tenha poderes para o obrigar)

- (1) — Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) - Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do nº 1 e no nº 2 e 3 do artigo 57^º.
- (3) - Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação
- (4) - Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação
- (5) - Declarar consoante a situação
- (6) - Declarar consoante a situação
- (7) - Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória
- (8) - Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória
- (9) - Declarar consoante a situação



ANEXO II

MODELO DA DECLARAÇÃO DA PROPOSTA

(a que se refere a alínea b) do nº2 do artigo 19º do Programa de concurso)

1 - (nome, numero de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (firma, numero de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tornado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar do procedimento de (designação do procedimento em causa), a que se refere o Anúncio datado de 2019/ ... / ..., publicado no Diário da República, II Serie, nº...., de 2019/ .../ ..., declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar sem reservas, todas as cláusulas pela quantia de (em euros) (por algarismos e por extenso), conforme prémios, para cada ramo, constantes nos mapas do Caderno de Encargos, e que se resumem do seguinte mapa:

Ramos de Seguros	Prémio Total	Observações
I - Acidentes Pessoais		
A - Contratos de Emprego e Inserção do IEFP		Anexar mapa auxiliar previsto no ponto A-I-6 da Parte II do Caderno de Encargos
B - Campos de Férias		Anexar mapa auxiliar previsto no ponto A-II-6 da Parte II do Caderno de Encargos
C - Torneios de Futsal Interfreguesias e Inter-Instituições		Anexar mapa auxiliar previsto no ponto A-III-6 da Parte II do Caderno de Encargos
D - Estagiários Profissionais - Programa PEPAL		Anexar mapa auxiliar previsto no ponto A-IV-6 da Parte II do Caderno de Encargos
E - Membros da Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens		Anexar mapa auxiliar previsto no ponto A-V-6 da Parte II do Caderno de Encargos
II - Acidentes de Trabalho		
A - Trabalhadores do Município		Anexar mapa auxiliar previsto no ponto B-I-7 da Parte II do Caderno de Encargos
III - Multirrisco Patrimonial		Anexar mapa auxiliar com valores na Coluna "Prémio Total" do Anexo II do Caderno de Encargos
IV - Automóvel		Anexar mapa auxiliar com valores na Coluna "Prémio Total" do Anexo II do Caderno de Encargos
V - Responsabilidade Civil Geral		Conforme previsto no ponto E - 9 da Parte II do Caderno de Encargos
VI - Aeródromo Municipal		Conforme previsto no ponto F - 9 da Parte II do Caderno de Encargos
TOTAL		

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita a execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local) (data) [assinaturas]



CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE ENCARGOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS AO MUNICÍPIO

10 de setembro de 2019



Prestação de Serviços na Área de Seguros

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

Cláusulas Gerais

Artigo 1º

Disposições e Cláusulas por que se rege o serviço

- 1.1- Na execução do contrato observar-se-ão:
- a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) O Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 287/2009, de 2 de outubro, com as devidas e necessárias atualizações, doravante designado por CCP (Código dos Contratos Públicos) e restante legislação aplicável;
- 1.2- Para efeitos estabelecidos na alínea a) da cláusula anterior, consideram-se integrados no contrato este caderno de encargos, os restantes elementos patenteados a concurso, a proposta do adjudicatário, bem como todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste caderno de encargos.
- 1.3- Os diplomas legais e regulamentares a que se refere a alínea b) da cláusula anterior, serão observados em todas as disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato, ou documentos que dele fazem parte integrante.

Cláusulas Jurídicas

Artigo 2º

Objeto do concurso

- 2.1 - O objeto do concurso consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II, deste caderno de encargos, na Prestação de Serviços na Área de Seguros, nos seguintes ramos:
- a) Acidentes Pessoais
 - i. Contratos de Emprego e Inserção - IEFP;
 - ii. Campo de Férias – Grupo
 - iii. Torneios de Futsal Inter-Freguesias e Inter-Instituições
 - iv. Estágios Profissionais - PEPAL;
 - v. Membros da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens
 - b) Acidentes de Trabalho
 - i. Trabalhadores do município;
 - c) Multirriscos Patrimonial;
 - d) Automóvel;
 - e) Responsabilidade Civil Geral;
 - f) Aeródromo Municipal.
- 2.2- O presente concurso abrange a transferência para a atividade da empresa de Seguros, dos riscos identificados nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos, os quais decorrem das atividades do Município enquanto entidade gestora de meios humanos e patrimoniais.
- 2.3- A referida transferência de riscos, visa prevenir efeitos emergentes da atividade desenvolvida pelo Município, em matéria de danos corporais e/ou materiais que se venham a manifestar sobre o seu património, os seus profissionais, munícipes e população em geral.
- 2.4- Na necessidade de novos seguros deverão ser mantidas as mesmas tarifas aplicadas no presente procedimento. As apólices serão atualizadas ou alteradas sempre que por força das



circunstâncias, exista variação do número de pessoal. Neste sentido será enviado à seguradora quaisquer alterações solicitadas pelo Município.

- 2.5- As contrapartidas assumidas pelo adjudicatário e aceites pelo Município, serão satisfeitas até 15 dias, após a adjudicação, salvo se, pela sua natureza ou por acordo expresso de ambos for estabelecido prazo diferente.

Artigo 3º **Contrato**

- 3.1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 3.2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos Identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Prestador de Serviços.
- 3.3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem apresentada no número anterior.
- 3.4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 3.2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Prestador de Serviços nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.
- 3.5- Nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 79º do Código dos Contratos Públicos, a autarquia reserva-se o direito de não contratualizar, caso ocorra a indisponibilidade de fundos, nos termos constantes na Lei 8/2012, e 21 de fevereiro, complementado pelo Decreto-Lei 127/2012 de 21 de junho.

Artigo 4º **Local da Prestação dos serviços**

Os serviços objeto do contrato serão prestados ao Município de Vila Real, sempre que solicitados

Artigo 5º **Prazo da prestação dos serviços**

- 5.1- A prestação de serviços a realizar no âmbito do contrato, será pelo período de um ano, com início às 00h00m00s do dia 01 de janeiro de 2020, prorrogável até ao máximo de 3 anos.
- 5.2- No decurso da execução do contrato, o adjudicatário por sua iniciativa, não poderá efetuar qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas e outras condições acordadas com o Município de Vila Real, com exceção indicada nos pontos 5.4, 5.5 e 5.6.
- 5.3- São permitidas alterações às taxas das apólices, se estas resultarem de disposição legal, de norma do Instituto de Seguros de Portugal, ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com o consentimento da entidade adjudicante.
- 5.4- As alterações que ocorram nas situações previstas no número anterior, com exceção dos casos de particular agravamento do risco, produzem efeitos da data de vencimento das apólices a que respeitarem e deverão ser obrigatoriamente comunicadas ao Município com antecedência mínima de 20 dias, por correio registado com aviso de receção sob pena de ineficácia.



- 5.5- Apenas se aceitará a atualização dos prémios, em caso de alteração dos capitais seguros, das massas salariais e das pessoas seguras.
- 5.6- A transferência de riscos e responsabilidades para outra empresa de seguros, que não aquelas com as quais o Município tem contrato de seguro à data da publicitação do aviso no Diário da República do presente concurso, efetuar-se-á à medida que se vencerem as apólices em vigor na Seguradora, ou após a data de anulação solicitada expressamente por parte do Município de Vila Real, para os seguros novos, a partir da data da decisão de adjudicação da carteira de Seguros pelo Município de Vila Real.

Artigo 6º

Obrigações principais do prestador de serviços

- 6.1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Prestador de Serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Manter inalteráveis as condições contratadas no decurso de vigência do contrato, devendo quaisquer alterações a introduzir nos contratos após aquele período ser objeto de acordo prévio escrito entre as partes.
 - b) Garantir o sigilo quanto às informações, elementos, documentos ou outros dados que os seus técnicos ou pessoal envolvido nos trabalhos venham a ter conhecimento em contactos com as atividades da entidade adjudicante.
 - c) Proporcionar formação profissional específica ao funcionário do Município de Vila Real, encarregue da gestão interna da carteira de seguros.
 - d) Disponibilizar acesso on-line seguro e direto, às bases de dados da Adjudicatária, no que respeita a carteira de seguros do Município de Vila Real, que permita o envio da participação do sinistro (de forma a eliminar a impressão de papel) e o acesso às diferentes informações associadas às diversas apólices e aos respetivos sinistros
 - e) No ramo de acidentes de trabalho, o adjudicatário renuncia ao direito de regresso.
- 6.2- Trimestralmente, o mais tardar até ao final do mês seguinte ao do fecho de cada trimestre, a empresa de Seguros facultará ao Município de Vila Real, a informação detalhada sobre a sinistralidade de todas as apólices tomadas pelo Município.

Artigo 7º

Forma da prestação de serviços

- 7.1- Após a decisão de adjudicação do Plano de Seguros por parte do Município de Vila Real, a entidade adjudicatária encarregar-se-á de implementar a colocação dos seguros a contratar.
- 7.2- Após a colocação dos seguros na Seguradora e em tudo do que se relacione com a gestão da sua carteira, a entidade adjudicatária continuará a apoiar o Município, desenvolvendo as diligências necessárias à gestão, conferência, atualização e reconversão das apólices, bem como ao acompanhamento e regularização dos sinistros, nos termos da legislação em vigor.
- 7.3- Dos trabalhos a desenvolver pela concorrente não poderão resultar quaisquer ónus ou encargos para o Município, em tudo o que se relacione com a sua carteira de seguros.

Artigo 8º

Sigilo

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionado com a atividade da entidade adjudicante.



Obrigações da entidade adjudicante

Artigo 9º

Preço contratual

- 9.1- Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, O Município de Vila Real deve pagar ao Prestador de Serviços o preço constante da proposta adjudicada.
- 9.2- O preço referido no número anterior inclui, de uma forma clara e inequívoca o valor da taxa e do prémio total, bem como a discriminação de todos e quaisquer encargos e bónus ou descontos que onerem ou bonifiquem cada uma das apólices de seguro a contratar.

Artigo 10º

Preço base

Para a aquisição de serviços a que se refere o presente de encargos, fixa-se como parâmetro base do preço contratual o valor de **126 800 €**, isento de IVA ao abrigo do artigo 9º do CIVA.

Artigo 11º

Condições de pagamento

- 11.1- As condições de pagamento dos prémios de seguro são estabelecidas no Capítulo II, Secção IV, do Decreto-Lei nº 72/2008, de 16 de abril, diploma que estabelece o regime jurídico do contrato de seguro, sem prejuízo de ser acordado entre as partes o pagamento facionado em conformidade com o previsto no respetivo diploma legal.
- 11.2- Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a fornecer, nem antecipação dos respetivos prémios.
- 11.3- O pagamento dos prémios das apólices de seguro será feito trimestralmente para o ramo de acidentes de trabalho e anualmente para os restantes ramos.
- 11.4- Para cumprimentos dos números anteriores não devem ser adicionados quaisquer encargos.

Artigo 12º

Força maior

- 12.1- Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que esta não pudesse conhecer ou prever a data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 12.2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, Inundações, Incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios Internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas Injuntivas.
- 12.3- Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados as sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;



- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do Incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ônus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao Incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao Incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos ou devam estar cobertos por seguros.
- 12.4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar fatos de força maior deve ser imediatamente comunicada a outra parte.
- 12.5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 13º

Resolução por parte do contraente público

- 13.1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 13.2- O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Artigo 14º

Denúncia por parte do contraente público

O contrato de seguro pode ser livremente denunciado, por uma das partes, de modo a impedir a sua prorrogação, desde que seja feita por declaração escrita, enviada ao destinatário com a antecedência de 60 dias relativamente a data do termo.

Artigo 15º

Resolução por parte do prestador de serviços

- 15.1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário poderá resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida e seja superior a 50% do preço contratual, excluindo juros.
- 15.2- O direito de resolução é exercido por via judicial.
- 15.3- Nos casos previstos no nº 15.1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Vila Real, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 15.4- A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Prestador de Serviços, cessando, porém todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.



Resolução de Litígios

Artigo 16º

Legislação aplicável e foro competente

- 16.1- Em tudo o que o Caderno de Encargos for omissos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a lei portuguesa.
- 16.2- Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia de qualquer outro.

Artigo 17º

Divergências – Prevalências

- 17.1- Em caso de dúvidas e divergências que possam existir entre os vários documentos do presente contrato prevalece em primeiro lugar o Código dos Contratos Públicos, seguidamente do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos, e em último lugar a Proposta do Adjudicatário.
- 17.2- Em casos de divergência entre documentos escritos e gráficos, os escritos prevalecem.

Disposições finais

Artigo 18º

Cessão da posição contratual

- 18.1 – O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes sem autorização da Entidade Adjudicante.
- 18.2 – Para efeitos de autorização prevista no número anterior, deverá:
- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao Adjudicatário no presente procedimento;
 - b) A entidade Adjudicante deverá apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 19º

Comunicações e notificações

- 19.1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 19.2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada a outra parte.

Artigo 20º

Contagem dos prazos

- 20.1 – Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, salvo se for especificado o contrário.
- 20.2 – A contagem do prazo da prestação de serviços objeto do contrato, inicia-se às 00H00m do dia 1 de Janeiro de 2017.



PARTE II

Cláusulas Técnicas Especiais

As apólices e respetivas coberturas são descritas nos termos do abalxo discriminado:

A - RAMO ACIDENTES PESSOAIS

I – ACIDENTES PESSOAIS - PESSOAL DE CONTRATOS DE EMPREGO E INSERÇÃO CEI's e CEI's + DE PROTOCOLOS COM O I.E.F.P. OU OUTRAS ENTIDADES

- 1. Âmbito da Cobertura:** Os riscos decorrentes da atividade ocupacional temporária, suportada, realizada, organizada ou patrocinadas pelo Município, e durante o percurso direto entre o domicílio e local de exercício da atividade e seu regresso. Ficam ainda garantidas as deslocações ao IEFP, por motivo de convocação, e as deslocações para efetuar diligências de procura de emprego.
- 2. Pessoas a segurar:** Ficam abrangidos por esta apólice todas as pessoas integradas em protocolos celebrados com o IEFP, ou qualquer outra entidade, desde que sejam remunerados. Sempre que se verifique a celebração de um contrato será enviada à seguradora os dados da pessoa a incluir na apólice.
Aquando da inclusão de pessoas na apólice e caso a seguradora considere mais prático a emissão de apólices individuais poderá fazê-lo, desde que se mantenham todas as condições contratualizadas.
Nº estimado de pessoas a segurar anualmente e pelo prazo normal de 1 ano: 90 pessoas, sendo que 40 na situação de Desempregados, recebem da autarquia uma Bolsa de 85 €/mês mais subsídio de refeição e 15 beneficiários do RSI recebem da autarquia uma Bolsa de 440 €/mês mais subsídio de refeição.
- 3. Capitais (por pessoa segura):** As coberturas de seguro de Acidentes Pessoais do pessoal referido no ponto anterior vigorarão por capitais de acordo com o mapa abalxo indicado:

Coberturas	Valor
Morte ou Invalidez Permanente	75 000 €
Subsídio Diário por Incapacidade Temporária	5 400 €
Despesas de Tratamento e Repatriamento	15 000 €

O subsídio diário por incapacidade temporária absoluta só é devido em caso de suspensão total ou parcial do subsídio atribuído pela entidade promotora, pelo que a indemnização por ITA não poderá em caso algum ser superior ao valor que o trabalhador receberia se estivesse ativo na atividade ocupacional.

- 4. Franquia:** Sem franquias.
- 5. Forma de Pagamento:** Anual.



6. **Forma de apresentação da proposta:** A proposta a apresentar pela seguradora deverá traduzir-se em Prémio Total Anual com todas as taxas e os encargos por Contrato de Emprego e Inserção e, o respetivo valor total anual, conforme mapa abaixo indicado.

Pessoal Temporário- Contratos de Emprego Inserção	Nº	Valor Ano/Pessoa (Bolsa + Subsídio Refeição)	Prémio Total Anual / por pessoa	Prémio Total Anual / por Grupo
CEI +	15	6 480 €		
CEI	40	2 400 €		

II – ACIDENTES PESSOAIS – GRUPO / CAMPO DE FÉRIAS

1. **Âmbito da Cobertura:** Os riscos decorrentes da atividade ocupacional temporária organizada e realizada pelo Município, e durante o percurso direto entre o domicílio e local de exercício das atividades e seu regresso.
2. **Pessoas a segurar:** Ficam abrangidos por esta apólice todas as pessoas envolvidas nos Campos de Férias organizados pelo município: 3 turnos, cada um com 12 dias e até 150 pessoas/cada.

Pretende-se segurar até 150 pessoas por cada turno e antes do seu início será enviada à seguradora lista das pessoas a incluir na apólice de cada um dos grupos.

3. **Capitais (por pessoa segura):** As coberturas de seguro de Acidentes Pessoais do pessoal referido no ponto anterior vigorarão por capitais de acordo com o mapa abaixo indicado:

Coberturas e Capitais por pessoa segura	Valores
Morte ou Invalidez Permanente	30 000,00 €
Despesas de Tratamento	4 500,00 €
Despesas de Funeral	2 500,00 €

4. **Franquia:** 50 € por sinistro, nas despesas de tratamento.
5. **Forma de Pagamento:** Único e anual.
6. **Forma de apresentação da proposta:** A proposta a apresentar pela seguradora deverá traduzir-se em Prémio Total com todas as taxas e os encargos, conforme mapa abaixo indicado.

Nº turnos	Nº Dias por turno	Nº Pessoas por turno	Prémio Total por Pessoa	Prémio Total por Grupo até 150 Pessoas
3	12	Até 150		



III – ACIDENTES PESSOAIS – TORNEIOS DE FUTSAL INTER-FREGUESIAS E INTER-INSTITUIÇÕES

1. **Âmbito da Cobertura:** Os riscos decorrentes da atividade ocupacional temporária organizada e realizada pelo Município, e durante o percurso direto entre o domicílio e local de exercício das atividades e seu regresso.
2. **Pessoas a segurar:** Ficam abrangidos por esta apólice todas as pessoas envolvidas nos Torneios de Futsal:
 - Torneio Inter-Freguesias – 120 atletas durante 6 semanas
 - Torneio Inter-Instituições - 160 atletas durante 15 dias.

Antes do seu início será enviada à seguradora lista das pessoas a incluir na apólice de cada um dos torneios.

3. **Capitais (por pessoa segura):** As coberturas de seguro de Acidentes Pessoais do pessoal referido no ponto anterior vigorarão por capitais de acordo com o mapa abaixo indicado:

Coberturas e Capitais por pessoa segura	Valores
Morte ou Invalidez Permanente	30 000,00 €
Despesas de Tratamento	4 500,00 €
Despesas de Funeral	2 500,00 €

4. **Franquia:** 50 € por sinistro, nas despesas de tratamento.
5. **Forma de Pagamento:** Único e anual.
6. **Forma de apresentação da proposta:** A proposta a apresentar pela seguradora deverá traduzir-se em Prémio Total com todas as taxas e os encargos, conforme mapa abaixo indicado.

Torneios Futsal	Duração - Nº semanas	Nº Participantes previsto	Prémio Total por Pessoa	Prémio Total por Grupo
Inter-Freguesias	2	160		
Inter-Instituições	6	120		

IV – Estágios Profissionais – PEPAL

1. **Âmbito da Cobertura:** Os riscos decorrentes da atividade ocupacional temporária, suportada, realizada, organizada ou patrocinada pelo Município, e durante o percurso direto entre o domicílio e local de exercício da atividade e seu regresso, nos termos definidos na legislação em vigor.
2. **Pessoas a segurar:** Ficam abrangidos por esta apólice todos os estagiários ao serviço do Município. Estes estagiários, pelo período de 12 meses, auferem uma remuneração mensal de 719 € + subsídio refeição mensal de 99,38 €, ou seja, 9. 820 €/ano/estagiário.
3. **Capitais (por estagiário):** As coberturas de seguro de Acidentes Pessoais do pessoal referido no ponto anterior vigorarão por capitais de acordo com o mapa abaixo indicado:



Coberturas	Valor
Morte ou Invalidez Permanente	75 000 €
Subsídio Diário por Incapacidade Temporária	5 400 €
Despesas de Tratamento e Repatriamento	15 000 €

O subsídio diário por incapacidade temporária absoluta só é devido em caso de suspensão total ou parcial do subsídio atribuído pela entidade promotora, pelo que a indemnização por ITA não poderá em caso algum ser superior ao valor que o trabalhador receberia se estivesse ativo na atividade ocupacional.

4. **Franquia:** Sem franquias.

5. **Forma de Pagamento:** Anual.

6. **Forma de apresentação da proposta:** A proposta a apresentar pela seguradora deverá traduzir-se em Prémio Total Anual com todas as taxas e os encargos por Estagiário e, o respetivo valor total anual, conforme mapa abaixo indicado.

Estagiários - PEPAL	Nº	Valor Anual / Estagiário	Prémio Anual Total por Estagiário	Prémio Anual Total por grupo
Remunerações e subsídio de refeição	13	9 820 €		

Nota: Os estagiários são licenciados com funções de natureza administrativa.

V – Membros da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens

- Âmbito da Cobertura:** Os riscos decorrentes da atividade ocupacional temporária, suportada, realizada, organizada ou patrocinada pelo Município, e durante o percurso direto entre o domicílio e local de exercício da atividade e seu regresso, nos termos definidos na legislação em vigor.
- Pessoas a segurar:** Ficam abrangidos por esta apólice até 4 representantes na comissão (1 de Associação de Pais e 3 de Associações de Jovens, Culturais, Desportivas e Recreativas).
- Capitais:** As coberturas de seguro de Acidentes Pessoais do pessoal referido no ponto anterior vigorarão por capitais de acordo com o mapa abaixo indicado:

Coberturas	Valor
Morte ou Invalidez Permanente	75 000 €
Subsídio Diário por Incapacidade Temporária	5 400 €
Despesas de Tratamento e Repatriamento	15 000 €



O subsídio diário por incapacidade temporária absoluta só é devido em caso de suspensão total ou parcial do subsídio atribuído pela entidade promotora, pelo que a indemnização por ITA não poderá em caso algum ser superior ao valor que o trabalhador receberia se estivesse ativo na atividade ocupacional.

4. **Franquia:** Sem franquias.

5. **Forma de Pagamento:** Anual.

6. **Forma de apresentação da proposta:** A proposta a apresentar pela seguradora deverá traduzir-se em Prémio Total Anual com todas as taxas e os encargos por membro da comissão e, o respetivo valor total anual, conforme mapa abaixo indicado.

Nº de Representantes	Prémio Anual por representante	Prémio Anual Total por grupo
Até 4		

B – RAMO ACIDENTES DE TRABALHO

I – Trabalhadores do município

1. **Âmbito da Cobertura:** Compreende a transferência, para uma Companhia de Seguros, das responsabilidades legais do Município de Vila Real, resultantes da ocorrência de sinistro tipificado com acidente de serviço, relativamente a cada um dos funcionários, agentes e contratados pelo Município, nos termos definidos no Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de novembro, com as devidas alterações, e demais legislação em vigor.

Ficam cobertos pela apólice os acidentes de trabalho, as deslocações e permanência (temporária) de trabalhadores em território estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, sem necessidade de comunicação prévia e sem agravamento tarifário. Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas a assistência médica, medicamentosa ou hospitalar bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo da Seguradora.

2. **Pessoas a segurar:** Ficam abrangidos por esta apólice todos os trabalhadores, contratados por tempo indeterminado, a termo ou equiparado, ao serviço do Município, inscritos na Caixa Geral de Aposentações ou na Segurança Social.

Para o efeito, o Município obriga-se a remeter mensalmente à Companhia de Seguros a relação das remunerações, despesas de representação, subsídio de férias, de natal e de refeição dos trabalhadores referidos no ponto anterior, pelos valores líquidos.

As despesas estimadas para 2016 representam 5 300 000 € e o nº de trabalhadores de 360, conforme ANEXO I

3. **Capitais (por pessoa segura):** A companhia de seguros fica obrigada a pagar em dinheiro, os danos resultantes de acidentes em serviço:



- a) 80% da remuneração, das despesas de representação (dirigentes), dos subsídios de férias e de natal, e do subsídio de refeição, pelos valores líquidos.
- b) Ao pagamento da indemnização de pensão vitalícia correspondente à redução da capacidade de trabalho, em caso de incapacidade permanente, fixada pela Caixa Geral de Aposentações ou pela Segurança Social.
- c) Pagamento das despesas de funeral e de um subsídio por morte do trabalhador aos seus familiares, conforme artigo 18º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, e é acumulável com o previsto no Decreto-Lei nº 223/95, de 8 de Setembro, na parte em que este exceda aquele;
- d) Pagamento de pensões aos familiares da vítima, no caso de morte.
- e) As indemnizações em dinheiro referidas nas alíneas a) e b) serão pagas ao Município de Vila Real, no prazo de 60 dias, contados a partir da data da sua comunicação, que assumirá todas as imposições legais para com os acidentados.
- f) As indemnizações referidas nas alíneas c) e d) serão pagas diretamente ao acidentado ou aos familiares.

4. Pagamento de Despesas Médicas:

- a) A companhia de seguros fica obrigada a suportar diretamente as despesas de natureza médica, cirúrgica, farmacêutica e hospitalar, e quaisquer outras, desde que necessárias ao restabelecimento do estado de saúde e da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado;
- b) As despesas referidas no ponto anterior quando suportadas pelo sinistrado deverão ser pagas pela companhia de seguros ao próprio acidentado ou aos familiares a que se refere a legislação de acidentes de trabalho.
- c) As despesas com saúde resultantes de acidentes em serviço não são abrangidas pelo esquema de benefícios da ADSE, e quando estas despesas forem suportadas pelo município, deverão ser objeto de reembolso pela companhia de seguros, no prazo de 30 dias consecutivos, contado a partir da data da apresentação dos documentos comprovativos.

5. Franquia: Sem franquias.

- 6. Forma de Pagamento:** O prémio total anual é pago em prestações trimestrais variáveis, sem encargos de fracionamento, em função da estimativa das remunerações anuais fornecida pelo município, e no final de cada ano civil será sempre efetuado um acerto, para mais ou para menos, em função das remunerações reais.

O município está isento do pagamento de Imposto de Selo.

- 7. Forma de apresentação da proposta:** A proposta a apresentar pela seguradora deverá indicar a taxa que incidirá sobre as Despesas com Pessoal (remunerações, despesas de representação, subsídio de férias, de natal e de refeição pelos valores líquidos), as taxas e os encargos e o Prémio Total Anual conforme mapa abaixo indicado.

Trabalhadores	Nº	Valor Anual Despesas com Pessoal	Taxa Comercial Proposta	Prémio Anual Comercial	Encargos Anuais	Prémio Anual Total
Remunerações, subsídios de férias, de natal e de refeição	383	6 034 700 €				

8. Informação Adicional: ver Anexo I



C - RAMO AUTOMÓVEL

1. **Âmbito da Cobertura:** Pretende-se um seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, em conformidade com o Decreto-Lei nº 291/2007, de 21 de agosto alterado pelo Decreto-lei nº 153/2008, de 6 de agosto. Este seguro também conhecido como “seguro contra terceiros”, cobre os riscos englobados nas categorias de danos corporais e materiais infligidos a terceiros, em que a morte integra o conceito de dano corporal.

Quando o acidente for simultaneamente de viação e de trabalho, aplicar-se-á o disposto no Decreto-Lei nº 291/2007, de 21 de agosto, na sua atual redação, tendo em especial atenção as disposições constantes da legislação especial de acidentes de trabalho.

2. **Frota a segurar:** É objeto do presente seguro, todo e qualquer veículo incluído na frota automóvel do Município de Vila Real, bem como a carga na frota, abrangendo ainda todas as máquinas e equipamentos mencionados no **ANEXO II do Caderno de Encargos**.

3. **Coberturas e capitais seguros:** O capital mínimo legal para o Seguro Automóvel de Responsabilidade Civil é 1 000 000 € para danos materiais e 5 000 000 € para danos corporais, conforme **ANEXO II do Caderno de Encargos**.

Sempre que se verifique atualização de capital na cobertura de responsabilidade civil, deve este ser automaticamente efetuado pela seguradora.

4. **Condições especiais** - A seguradora deverá emitir uma apólice única de frota (sem agravamento nem descontos por sinistro ou antiguidade), sendo que cada veículo deverá deter uma subapólice individual.

Em caso de indemnização por perda total de veículo seguro, não há lugar a desvalorizações mensais, sendo garantido durante toda a anuidade, o valor seguro na data de início do contrato ou sua renovação.

5. **Franquia:** Sem franquias.

6. **Forma de Pagamento:** Anual. A seguradora deverá emitir uma listagem anual onde conste o valor do prémio correspondente a cada veículo.

7. **Forma de apresentação da proposta:** A proposta a apresentar pela seguradora deverá traduzir-se em Prémio Total Anual com todas as taxas e os encargos conforme **ANEXO II do Caderno de Encargos**.

Os concorrentes devem fornecer uma grelha com indicação dos prémios e taxas totais anuais, por tipo de viatura e coberturas a contratar.

Sempre que se verifique um reajustamento de frota automóvel (inclusão ou exclusão), a seguradora obriga-se a emitir estorno em caso de exclusão e a manter as coberturas, os capitais e as tarifas, em caso de inclusão.

D - RAMO PATRIMONIAL MULTIRRISCOS

1. **Âmbito da Cobertura:** Pretende-se seguro para os edifícios e outras construções, incluindo benfeitorias do Património Imobiliário e Mobiliário do Município de Vila Real;



O presente seguro inclui bens propriedade de terceiros, desde que exista documento comprovativo que os mesmos se encontram à guarda, cuidado ou controlo do Município.

2. Coberturas e capitais seguros: Conforme ANEXOS III do Caderno de Encargos.

- Incêndio, Queda de Raio e Explosão
- Tempestades
- Inundações
- Aluimentos de Terras
- Danos por Água
- Danos por Furto ou Roubo
- Demolição e Remoção de Escombros (10 000 € em 1º risco)
- Derrame Acidental de Óleo
- Derrame de Sistemas Hidráulicos de Proteção Contra Incêndios
- Queda de Aeronaves
- Choque ou Impacto Veículos Terrestre
- Choque ou Impacto de Objetos Sólidos
- Greves, Tumultos e Alterações da Ordem Pública
- Atos de Vandalismo ou Maliciosos
- Fenómenos Sísmicos
- Quebra de Vidros (50 000 € em 1º risco)
- Quebra ou Queda de Antenas (10 000 € em 1º risco)
- Quebra ou Queda de Painéis Solares (10 000 € em 1º risco)
- Riscos Elétricos (100 000 € em 1º risco)

3. Franquia: Sem franquias.

4. Forma de Pagamento: Anual.

5. Forma de apresentação da proposta: A proposta a apresentar pela seguradora deverá traduzir-se em Prémio Total Anual com todas as taxas e os encargos por edifício/equipamento, conforme ANEXOS III do Caderno de Encargos.

E - RAMO RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Âmbito da Cobertura: A título enunciativo, mas não limitativo, o presente seguro garante o pagamento das indemnizações de danos causados a terceiros, de natureza patrimonial e não patrimonial, decorrentes de atos de gestão pública e privada que, nos termos do Código Civil, sejam imputáveis ao exercício das atividades do Município de Vila Real, nomeadamente:

- a) Decorrentes da posse, administração, exploração, funcionamento e atividades desenvolvidas nos diversos equipamentos municipais, nomeadamente: Teatro Municipal; Biblioteca Municipal; Arquivo Municipal; Pavilhões Desportivos; Polivalentes Desportivos; Complexo Desportivo do Monte da Forca; Piscina Municipal; Parque Radical; Outros Recintos e Equipamentos Desportivos; Escola Fixa de Trânsito; Museus Municipais; Loja de Informação Turística; Centro de Ciência Viva; Espaço da Juventude; Mercado Municipal; Feira de Levante; Feira de Antiguidades e Velharias; Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Refeitórios Escolares; Jardins de Infância; Parques Infantis;



Conservação de Parques e Jardins, Cemitérios Municipais; Oficina Municipal; Sistema de sinalização de trânsito; Atividades de promoção turística; etc.

- b) Da deficiente instalação e manutenção dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacte, conforme estipula o artigo 31º do Decreto-Lei nº 379/97, de 27 de dezembro, republicado e alterado pelo Decreto-Lei nº 119/2009, de 19 de maio;
- c) De deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos, conforme artigo 11º do Decreto-Lei nº 100/2003, de 23 de maio, alterado pelo Decreto-Lei nº 82/2004, de 14 de abril, e pela Portaria nº 1049/2004, de 19 de agosto.
- d) Da execução de trabalhos de manutenção ou conservação e reparação dos equipamentos referidos nas alíneas anteriores, desde que realizados por Administração Direta;
- e) De festas, campos de férias, marchas, caminhadas, conferências e reuniões, e todas as atividades sociais, culturais, musicais, recreativas ou desportivas organizadas pelo município;
- f) De palcos, bancadas e outras estruturas desde que sejam colocadas pelo Município;
- g) Do lançamento de fogo-de-artifício e foguetes;
- h) De danos corporais e materiais causados a terceiros por crianças das escolas quando em atividades organizadas e da responsabilidade da autarquia, nomeadamente os Campos de Férias;
- i) De intoxicação alimentar provocada por alimentos fornecidos pelo segurado;
- j) Da execução de trabalhos de construção, ampliação, manutenção ou reparação de bens do domínio privado e do domínio público municipal, desde que realizados por Administração Direta;
- k) De andaimes e outras estruturas móveis em local de obras, queda de objetos, etc...;
- l) Da laboração de máquinas, gruas, empilhadores e outro equipamento auxiliar que sejam utilizadas no seu interesse e/ou sob a sua direção efetiva;
- m) De danos corporais ou materiais provocados por equipamentos montados em viaturas de serviço excluídas pela apólice de responsabilidade civil obrigatória do ramo automóvel, e/ou queda de materiais nas mesmas viaturas;
- n) De operações de carga, descarga e transporte de matérias, produtos ou equipamentos inerentes actividade do segurado;
- o) Da utilização de explosivos;
- p) Da utilização de imóveis e equipamentos de terceiros, que estejam cedidos, confiados, alugados ou arrendados ao município para guarda e/ou utilização pública ou privada destinados;
- q) De acidentes causados por falta de sinalização, sinalização deficiente ou por sinalização retirada por terceiros ou por ação de elementos naturais;
- r) Danos causados por caixas de saneamento ou de águas pluviais cujas tampas estejam deslocadas, partidas, deficientemente colocadas, ou pela sua própria inexistência;
- s) Exploração direta de serviços de limpeza da via pública e jardinagem;
- t) De acidentes e danos causados por degradação do pavimento nas vias municipais e deformações em passeios e bermas, resultantes da falta de manutenção ou por motivos de força maior, nomeadamente, os associados a fenómenos naturais;
- u) Pelas lesões materiais e corporais, causados a terceiros, resultantes da queda ou derrube de árvores, mesmo que resultantes da falta de manutenção ou por motivos de força maior, nomeadamente, os associados a fenómenos naturais;
- v) De danos sofridos por terceiros na via pública, decorrentes de derrocadas de terra de taludes, encostas ou muros, mesmo como consequência de tempestades, ventos fortes, chelas e inundações ou incêndios florestais, ficando salvaguardado o direito de regresso do segurador contra particulares diretamente responsáveis pelos danos.
- w) Da electrocução e queda total ou parcial de anúncios luminosos ou outros, painéis publicitários, postes de iluminação pública e de sinalização, que sejam propriedade do município ou por ele



sejam explorados, mesmo que resultantes da falta de manutenção ou por motivos de força maior, nomeadamente, os associados a fenómenos naturais;

- x) De alteração do meio ambiente e ou deterioração de instalações ou bens de terceiros, causados por poluição ou contaminação provocados enquanto no exercício da actividade do Município, incluindo o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substância de poluição ou contaminação, única e exclusivamente quando a causa seja acidental, súbita e imprevisível.
- y) De obras, trabalhos ou prestação de serviços, fornecidos pelo segurado se as reclamações forem motivadas por erro, omissão ou vício oculto que se revelem somente após a receção expressa ou tácita dos referidos bens ou serviços;
- z) De danos causados por empresas contratadas e subcontratadas pelo município para a execução de obras e serviços, ficando salvaguardado o direito de regresso do segurador contra as entidades diretamente responsável pelos danos.
- aa) Do exercício pelas Freguesias das competências delegadas pelo Município no âmbito das competências delegadas pelo Município, nomeadamente na Rede Viária Municipal, nos Parques Infantis e de Lazer, Polivalentes Desportivos, etc.);

2. Âmbito Territorial - Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

3. Âmbito Temporal: A garantia concedida pelo presente contrato de seguro cobre as reclamações efetuadas durante o período de vigência da apólice, em consequência de eventos ocorridos durante esse mesmo período e ainda as reclamações efetuadas durante o período máximo de 2 anos, a contar do seu termo ou cancelamento, relativamente a eventos ocorridos durante o período em que a apólice esteve em vigor.

4. Capital Seguro: Os limites de indemnização a considerar são 1 250 000 € por sinistro.

5. Franquia: Em caso de sinistro fica a cargo do segurado uma franquia de 250 € em cada sinistro de danos patrimoniais, a qual nunca será oponível a terceiros.

A Companhia satisfaz o pagamento total da indemnização aos terceiros lesados, e é reembolsada pelo município do valor da franquia.

Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializem em danos inferiores à franquia, a Seguradora conduzirá o processo e, se existir lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados, a Seguradora procederá de acordo com o parágrafo anterior.

6. Regularização de sinistros: Sempre que seja participado pelo tomador do seguro a ocorrência de um sinistro, a seguradora deve:

- a) Realizar as peritagens, quando necessário, no prazo de 10 dias, incluindo de sinistros com valor inferior ao da franquia, após a receção da participação;
- b) Decidir da assunção da responsabilidade no prazo de 60 dias a contar da peritagem ou participação (quando não é necessária peritagem), informando o tomador do seguro e o lesado, por escrito;
- c) Os prazos previstos anteriormente suspendem-se nas situações em que a seguradora se encontre a levar a cabo uma investigação por suspeita fundamentada de fraude;
- d) Serão pagos aos lesados, os prejuízos resultantes de paralisações e perdas indiretas de qualquer natureza devidamente comprovadas;
- e) Nos sinistros declinados pela seguradora, fica esta obrigada a entregar ao tomador do seguro a fundamentação técnico-jurídica de recusa.

8. Forma de Pagamento: Único e anual.



9. **Forma de apresentação da proposta:** A proposta a apresentar pela seguradora deverá traduzir-se em Prémio Total Anual com todas as taxas e os encargos.

Ramo	Prémio Total Anual
Responsabilidade Civil Geral	

10. **Informação adicional:** Ver anexos IV e V

F – AERÓDOMO MUNICIPAL

1. **Âmbito da Cobertura:** Responsabilidade civil legalmente imputável ao Tomador do Seguro por danos causados a terceiros em consequência das operações de aviação emergentes da sua atividade como proprietário, gestor e/ou operador do Aeródromo Municipal de Vila Real.
2. **Local de Risco -** Aeródromo Municipal de Vila Real
3. **Condições de Cobertura** Conforme disposto nos clausulados das Condições Gerais nº200 do Ramo Aéreo Responsabilidades, ARIEL – Seguro de Responsabilidade de Proprietários e Operadores de Aeroportos (Secções I e III) que se anexam e as presentes Condições Particulares. A cobertura concedida está limitada ao movimento de aeronaves ligeiras e ultraligeiras até um peso máximo à descolagem inferior a 7.000 Kg.
A cobertura conferida pela presente apólice é alargada nos termos da cláusula AVN52G, mediante a qual todas as alíneas da cláusula AVN48B – Exclusão de Riscos de Guerra, Pirataria e outros perigos, ficam derogadas, com exceção da alínea b) – “ qualquer detonação bélica de qualquer arma de guerra de fissão e/ou fusões atómicas ou nucleares ou outra reação similar ou força ou material radioativo” – que se mantém excluída. Derroga-se, assim, o que em contrário seja estipulado nas mencionadas Condições Gerais e Especiais do Segurador e não esteja em desacordo com a legislação portuguesa.
4. **Exclusões -** Para além das exclusões previstas nas previstas nas Condições Gerais e no clausulado ARIEL ficam igualmente excluídos os danos:
 - a. Decorrentes de operações que não sejam responsabilidade do Segurado, e.g., ground handling, catering, abastecimento de aeronaves;
 - b. Decorrentes de procedimento violador das disposições regulamentares ou de normas técnicas usualmente seguidas na atividade segura, nomeadamente sobre prevenção e segurança;
 - c. Decorrentes de outras atividades ou serviços que não correspondam ao objeto próprio da atividade;
 - d. Originados por motivo de força maior;
 - e. Decorrentes de greves das empresas prestadoras de serviços;
 - f. Decorrentes de perdas de imagem, de mercado, de contratos e quaisquer outros danos de natureza económica causados a outras entidades associadas;
 - g. Resultantes de defeitos ou ineficácia de produtos utilizados nas operações de limpeza;
 - h. Lucros cessantes, paralisação e perdas indiretas de qualquer natureza;
 - i. Causados aos sócios, gerentes e legais representantes da pessoa coletiva cuja responsabilidade se garanta;



- j. Decorrentes de reclamações baseadas numa responsabilidade do Segurado em razão de acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o Segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;
- k. Decorrentes de lucros cessantes e/ou os danos decorrentes de paralisação, imobilização ou interrupção total ou parcial de atividades ou laboração de terceiros;
- l. Decorrentes de sinistro, quando este for imputável ao próprio lesado ou a terceiro;
- m. Decorrentes do incumprimento de obrigações de natureza contratual assumida pelo Segurado;
- n. Causados a bens, instalações e terrenos de que seja proprietário e/ou locatário o Segurado ou que se encontrem na posse deste a qualquer título;
- o. Causados pelo Segurado, seus empregados ou colaboradores sob a influência de estupefacientes fora de prescrição médica, em estado de demência ou quando for detetado um grau de alcoolémia superior a 0,5 gramas de álcool por litro de sangue.

5. Outras Condições - Fazem parte integrante desta proposta seguintes cláusulas e condições:

- Condições Gerais - Aéreo Responsabilidades nº 200 (IB081)
- ARIEL – Airport Owners and Operators Liability Insurance (48FLY00001)
- Extended Coverage Endorsement (Aviation Liabilities) AVN52G
- Nuclear Risks Exclusion Clause AVN38B
- Noise and Pollution and Other Perils Exclusion Clause AVN46B
- Contracts (rights of Third Parties) Act 1999 Exclusion Clause AVN 72
- Date Recognition Exclusion Clause AVN2000A
- Asbestos Exclusion Clause 2488AGM00003
- Fraudulent Claims Clause AVN 100
- Sanctions and Embargo Clause AVN111
- Orlon / Drake Short Cancellation Scale
- Additional Insureds, contractual agreements, waivers of subrogation and hold harmless agreements are to be agreed by Insurers.

6. Limites de Indemnização - € 1.000.000,00 por acidente/ocorrência.

- 7. Franquias –** Por danos causados a aeronaves, a franquia a aplicar é de € 25.000,00.
Em todo e qualquer outro sinistro indemnizável, a franquia é de 10% do valor dos prejuízos indemnizáveis, no mínimo de € 1.000,00 e um máximo de € 10.000,00.

8. Forma de Pagamento: Único e Anual

- 9. Forma de apresentação da proposta:** A proposta a apresentar pela seguradora deverá traduzir-se em Prémio Total Anual com todas as taxas e os encargos.

Ramo	Prémio Total Anual
Aeródromo Municipal	

10. Informação Adicional - Ver Anexo VI.



ANEXO I

RAMO ACIDENTES DE TRABALHO

Informação Adicional:

1. Mapa de Pessoal do município:

Carreiras	Nº de Trabalhadores			Despesa Anual		
	Total	H	M	Remunerações	Despesas de Representação	Subsídio Alimentação
Assessores do Executivo Municipal	6	4	2	166 700		6 900
Dirigentes	9	6	3	312 100	14 400	10 400
Técnicos Superiores	90	37	53	1 908 100		103 900
Técnicos de Informática	11	10	1	221 800		12 700
Assistentes Técnicos	76	27	49	980 600		87 700
Fiscais Municipais	9	8	1	129 000		10 400
Assistentes Operacionais	182	126	56	1 860 000		210 000
Total	383	218	165	5 578 300	14 400	442 000
Valor Total				6 034 700 €		

2. Afetação do Pessoal Assistente Operacional aos diversos serviços municipais:

Serviços	Nº
Pessoal Administrativo e Auxiliar em Edifícios Municipais/Escolas	88
Pessoal nas Obras e nos Espaços Verdes	94
Total	182

- Os exames médicos de avaliação complementar realizados no âmbito da Medicina no Trabalho são executados através de empresa da especialidade, em que existe uma avaliação anual para os trabalhadores com mais de 50 anos e bienal para trabalhadores com idade inferior.
- No âmbito da Segurança e Higiene no Trabalho, os trabalhadores/operários do município possuem equipamentos de proteção individual, e os serviços municipais disponibilizam equipamentos de proteção coletiva (andalmes, guarda corpos, plataformas de trabalho) e promovem ações de sensibilização para prevenção de acidentes.
- Nos dois últimos anos verificaram-se 17 acidentes de trabalho, 5 dos quais ocorreram em deslocações de ida e volta para o local de trabalho:

Indicadores	2017	2018
Nº de Acidentes de Trabalho	7	9
Nº Dias úteis de faltas	107	600
Indemnizações suportadas pela Companhia Seguros	3 350 €	7 025 €



[Handwritten signature]

ANEXO II - Mapa de Viaturas e Máquinas

Matrícula	Marca	Modelo	Tipo	Ano Data Matrícula	Nº Ocupantes Incluindo Condutor	Capitais Responsabilidade Civil		Assistência em viagem	Prémio Total
						Danos materiais	Danos corporais		
12-UD-85	MERCEDES-BENZ	E220D	Ligeiro de Passageiros	19/01/2016	5	1 220 000 €	6 070 000 €	X	
73-VV-53	RENAULT MASTER	MASTER	Ligeiro de Mercadorias	02/01/2015	8	1 220 000 €	6 070 000 €	X	
95-CQ-64	MITSUBISHI	CANTER FE4P10-02	Pesado Mercadorias	14/12/2015	7	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
IR-08-25	VOLVO	7-38(4X2)	Pesado Mercadorias	19/04/1991	3	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
PD-03-96	MERCEDES-BENZ	2000 (124)	Ligeiro de Passageiros	04/03/1986	5	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
SI-26-87	MASSEY-FERGUSON	MF-855-4RM	Trator Agrícola	24/07/1989	1	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
P-48358	MECA	RB-291/77	Reboque Agrícola	27/10/1989	-	1 000 000 €	5 000 000 €		
09-E-59	LANDINI	L	Trator Agrícola	14/09/2009	1	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
11-81-JQ	RENAULT	KANGOO (FC07AF)	Ligeiro de Mercadorias	28/06/2004	2	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
12-38-L	IVECO	85 E 10 B	Ligeiro de Mercadorias	21/06/1997	2	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
28-BR-22	CITROEN	LUMPER (ZCPMAC-A)	Ligeiro Especial P/Consultório	30/05/2006	3	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
28-47-YX	VOLVO	FM 9-43 (4X2) L1EH1	Pesado Mercadorias	29/07/2002	2	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
88-81-88	TOYOTA	DYNA 230 (POBUB8) 6.2	Pesado Mercadorias	15/11/1995	7	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
98-84-UT	TOYOTA	DYNA (KDY260)-DD	Ligeiro de Mercadorias	24/08/2008	6	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
98-85-UT	TOYOTA	DYNA (KDY260)-DD	Ligeiro de Mercadorias	24/08/2008	6	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
43-EJ-76	MITSUBISHI	TD (CANTER) (FE84PG6WL)	Pesado Mercadorias	26/09/2007	7	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
48-EJ-77	MITSUBISHI	TD (CANTER) (FE84PG6WL)	Pesado Mercadorias	26/09/2007	7	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
48-EJ-78	MITSUBISHI	TD (CANTER) (FE84PG6WL)	Pesado Mercadorias	26/09/2007	7	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
43-07-P5	OPEL	MOVANO (F9CEH5)	Ligeiro Especial P/Biblioteca	09/06/2000	2	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
54-EB-01	IVECO	AD 260S36YPS B E4	Pesado Mercadorias	17/07/2007	2	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
75-10-XX	VOLKSWAGEN	7HC (TRANSPORTER T5)	Ligeiro de Passageiros	08/09/2004	9	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
76-60-40	RENAULT	KANGOO (FC1EHF)	Ligeiro de Mercadorias	06/10/2008	2	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
76-53-UV	NISSAN	CVLUD22UQN85	Ligeiro de Mercadorias	15/04/2009	5	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
76-54-UV	NISSAN	CVLUD22UQN85	Ligeiro de Mercadorias	15/04/2009	5	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
80-49-ZN	RENAULT	KANGOO (FC07AF)	Ligeiro de Mercadorias	15/02/2005	2	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
84-ER-81	RENAULT	MASTER (FDC1H6)	Ligeiro Especial P/Oficina	19/11/2007	2	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
84-ER-83	RENAULT	MASTER (FDC1H6)	Ligeiro Especial P/Oficina	19/11/2007	2	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
90-FR-40	IVECO	AD 280S31YP6 B EV E4	Pesado Mercadorias	18/05/2008	2	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
94-57-SD	MITSUBISHI	CANTER (FE84PG6WL)	Pesado Mercadorias	03/08/2001	7	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
96-CX-40	SMART	451 II (FORTWO ELECTRIC DRIVE)	Ligeiro de Passageiros	22/07/2014	2	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
28-PO-47	KSR MOTO	B05	Ciclomotor	24/02/2015	2	1 000 000 €	5 000 000 €	X	
P-83762 9	VAN HOOL	R 309	Reboque Carga	09/12/2001		1 000 000 €	5 000 000 €		
90-NM-36	DUMPER ASTEL IDV	LOMBARDINI BLD 628-2	Máquina	2003	2	1 000 000 €	5 000 000 €		
90-NM-46	DUMPER ASTEL IDV	LOMBARDINI BLD 626-2	Máquina	2003	2	1 000 000 €	5 000 000 €		
90-NM-41	DUMPER ASTEL IDV	LOMBARDINI BLD 626-2NH	Máquina	2003	2	1 000 000 €	5 000 000 €		
90-NM-83	CATERPILLAR 90B 3 CATED	2164/2200	Máquina	2004	1	1 000 000 €	5 000 000 €		
96-121	REBOQUE CHALLENGER - SERVIÇO MOBILIDADE		Máquina			1 000 000 €	5 000 000 €		
339348	CATERPILLAR JCB 90K4 PRESTIGE		Máquina			1 000 000 €	5 000 000 €		

Matrícula	Marca	Modelo	Tipo	Ano Data Matrícula	Nº Ocupantes Incluindo Conduutor	Capital Responsabilidade Civil		Assistência em viagem	Prémio Total
W-15774	AUTOBETONERA CARMIX C/CABINE+ACESSÓRI OS		Máquina			1 000 000 €	5 000 000 €		
2058N	MOTOCULTIVADORA HONDA F660		Máquina			1 000 000 €	5 000 000 €		
2450N FZAU2330275	MOTOCULTIVADORA HONDA F610+RODAS C/PESOS		Máquina			1 000 000 €	5 000 000 €		
CAT958	MAQUINA PA CARREGADORA DE RASTOS CATERPILLAR MODELO 958		Máquina			1 000 000 €	5 000 000 €		

**ANEXO III - RAMO MULTIRRISCO - Edifícios e Equipamentos Municipais**

	Descrição	Data do facto Patrimonial	Ano da Construção	Valor Liq. Actual
1	EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO	17/04/1997	1916	1 300 000,00
2	EDIFÍCIO DOS SERVIÇOS DE OBRAS MUNICIPAIS - DEI	28/07/1993	1969	145 000,00
3	EDIFÍCIO SERVIÇOS URBANOS E DE MOBILIDADE	19/07/1999	1981	185 000,00
4	AGÊNCIA ECOLOGIA URBANA	29/12/2011	2010	1 300 000,00
5	ARQUIVO MUNICIPAL	18/09/2002	1974	700 000,00
6	CENTRO DE CIÊNCIA VIVA	14/07/2014	2014	1 300 000,00
7	MERCADO MUNICIPAL	21/04/2015	1963	1 900 000,00
8	ESCOLA FIXA DE TRÂNSITO	30/12/2005	2004	500 000,00
9	AERÓDROMO MUNICIPAL	02/06/2014	1978	700 000,00
10	MUSEU DE NUMISMÁTICA E ARQUEOLOGIA	04/04/1996	1997	400 000,00
11	MUSEU VILA VELHA	31/12/2008	2007	4 500 000,00
12	BIBLIOTECA MUNICIPAL	29/12/2006	2006	2 500 000,00
13	TEATRO MUNICIPAL	29/12/2006	2004	9 000 000,00
14	PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DO SEIXO	25/11/2011	2011	2 700 000,00
15	POLIVALENTE DESPORTIVO G2 NO CENTRO ESCOLAR DAS ÁRVORES	30/12/2013	2013	300 000,00
16	POLIDESPORTIVO DO BAIRRO S. V. PAULO	30/12/2002	1989	500 000,00
17	PISCINA MUNICIPAL COBERTA	20/11/1969	1974	600 000,00
18	COMPLEXO DESPORTIVO DO MONTE DA FORÇA - ESTÁDIO MUNICIPAL	03/01/2004	2000	600 000,00
19	TERMINAL TIR LOTE 158 NA ZONA INDUSTRIAL	21/04/2015	1994	800 000,00
20	OBSERVATÓRIO DA BIODIVERSIDADE	18/03/2015	2015	80 000,00
21	FRACÇÃO D, LOTE 5 - LOTEAMENTO QUINTA DA REDONDA (CS)	04/12/2009	2000	30 000,00
22	FRACÇÃO E, LOTE 5 - LOTEAMENTO QUINTA DA REDONDA (CS)	04/12/2009	2000	20 000,00
23	FRACÇÃO F, LOTE 5 - LOTEAMENTO QUINTA DA REDONDA (CS)	04/12/2009	2000	15 000,00
24	FRACÇÃO G, LOTE 5 - LOTEAMENTO QUINTA DA REDONDA (CS)	04/12/2009	2000	20 000,00
25	FRACÇÃO H, LOTE 5 - LOTEAMENTO QUINTA DA REDONDA (CS)	04/12/2009	2000	25 000,00
26	FRACÇÃO AA, LOTE 6 - LOTEAMENTO QUINTA DA REDONDA (CS)	04/12/2009	2000	20 000,00
27	FRACÇÃO AB, LOTE 6 - LOTEAMENTO QUINTA DA REDONDA (CS)	04/12/2009	2000	20 000,00
28	FRACÇÃO AC, LOTE 6 - LOTEAMENTO QUINTA DA REDONDA (CS)	04/12/2009	2000	35 000,00
29	FRACÇÃO AD, LOTE 6 - LOTEAMENTO QUINTA DA REDONDA (CS)	04/12/2009	2000	15 000,00

	Descrição	Data do facto Patrimonial	Ano da Construção	Valor Liq. Actual
30	CAVE DA ALMODENA (PSP) LOTE 34 E 35 FRACÇÃO A E B	11/09/2003	1988	40 000,00
31	EDIFÍCIO BAIRO LATINO - BAIRO DOS FERREIROS	02/06/2011	2015	250 000,00
32	NINHO DE EMPRESAS	03/10/2014	1994	100 000,00
33	ESCOLA DE VILA SECA	01/01/2002	1970	75 000,00
34	JARDIM DE INFÂNCIA DE VILA SECA - CANTINA LEOPOLDINA PEREIRA	01/01/2002	1970	50 000,00
35	ESCOLA DE TORNEIROS	01/01/2002	1972	100 000,00
36	ESCOLA DE FERREIROS / PRADO	01/01/2002	1982	100 000,00
37	JARDIM DE INFÂNCIA DE POUSADA	01/01/2002	1972	40 000,00
38	ESCOLA DE VENDAS	14/04/2000	1972	75 000,00
39	ESCOLA DE LORDELO	13/07/2000	1970	100 000,00
40	ESCOLA DE MONDRÕES	01/01/2002	1972	50 000,00
41	JARDIM DE INFÂNCIA DE PONTE (EX ESC. DO ALTO DA RAPOSA)	01/01/2002	1967	30 000,00
42	ESCOLA DE PARADA DE CUNHOS	01/01/2002	1975	150 000,00
43	ESCOLA DE ARRABÃES	01/01/2002	1980	100 000,00
44	ESCOLA DE VILA MEÃ	01/01/2002	1972	100 000,00
45	ESCOLA DE AGAREZ	01/01/2002	1979	100 000,00
46	ESCOLA DE VILA MARIM	01/01/2002	1972	100 000,00
47	ESCOLA DE VILARINHO DA SAMARDÃ	01/01/2002	1970	100 000,00
48	ESCOLA DAS ÁRVORES	01/01/2002	2011	2 300 000,00
49	ESCOLA DO BAIRO DA ARAUCÁRIA	01/01/2002	2010	2 100 000,00
50	ESCOLA DO CORGO	01/01/2002	2014	600 000,00
51	ESCOLA DA TIMPEIRA	01/01/2002	2011	250 000,00
52	ESCOLA DO BAIRO DE S. VICENTE PAULO	06/03/1989	2010	1 100 000,00
53	JARDIM DE INFÂNCIA DO BAIRO S.V. PAULO	01/01/2002	2010	300 000,00
54	JARDIM DE INFÂNCIA-BAIRO S. VICENTE DE PAULA	31/12/2004	2009	150 000,00
55	CENTRO ESCOLAR DE MOUÇOS	03/10/2014	2014	2 000 000,00
56	CENTRO ESCOLAR DO DOURO	03/10/2014	2014	2 100 000,00
	TOTAL			42 770 000 €



ANEXO IV

INFORMAÇÃO ADICIONAL SOBRE O MUNICÍPIO

População	51 850 hab.	
Área	370 Km ²	
Nº Freguesias	20	
Nº Lugares	171	
Rede Viária		
<i>Agglomeradas Urbanas</i>	412 Km	
<i>Caminhos Municipais</i>	281 Km	
<i>Estradas Municipais</i>	70 Km	
Principais Festas Anuais		
<i>Festas da Cidade - Stº António</i>		
<i>S. Pedro</i>		
<i>Carnaval</i>		
<i>Fim de Ano</i>		
<i>Festa do Emigrante; Festa da Criança; etc.</i>		
Principais Espaços com Atividades:		
Edifícios Escolares	30	
Estádio Municipal - Monte da Força	1	
Pavilhão Desportivo Municipal	1	
Pavilhão Desportivo das Árvores	1	
Pavilhão Desportivo do Bairro de S. Vicente Paula	1	
Pavilhão Desportivo do Seixo	1	
Piscina Municipal Coberta	1	
Complexo do Codessais (Piscina descoberta, court ténis, etc.)	1	
Pólvales Desportivos	33	anexo v
Parques Infantís (eskorregas, baloiços, et.)	33	anexo v
Parques de Lazer e de Recreio	10	anexo v
Teatro Municipal	1	
Museu da Vila Velha	1	
Museu de Numismática e Arqueologia	1	
Escola Fixa de Trânsito	1	
Biblioteca Municipal	1	
Centro de Ciência Viva	1	
Mercado Municipal	1	
Feira de Levante	1	
Feira de Gado da Srª da Pena	1	
Feira de Gado de Lordelo	1	
Orçamento Municipal	26 500 000 €	



ANEXO V

MAPA RESUMO DE ESCOLAS, PARQUES INFANTIS, ÁREAS DE LAZER E POLIVALENTES DESPORTIVOS

Freguesias	Estabelecimentos Escolares	Parques Infantis	Áreas de Lazer	Polivalentes Desportivos
Abaças		Parque infantil de Abaças		Polidesportivo de Abaças
			Área de Lazer da Sra da Guia	
Andriães	Centro Escolar do Douro		Área de Lazer de São Cibrão	Polidesportivo de Mosteirô
				Polidesportivo de São Cibrão
Arnoios	JI de Torneiros		Área de Lazer de Torneiros	Polidesportivo de Torneiros
Campell	EB1 de Vendas			Polidesportivo de Vendas
	JI de Pouzada			
Folhadela		Parque infantil de Vila Nova		
		Parque infantil de Habudad		
Lordelo	EB1 de Lordelo	Parque infantil de Lordelo (tem os equipamentos da Área de Lazer de Coles)		Polidesportivo de Lordelo
	JI Lordelo			Polidesportivo da Laverqueira
Mateus	JI Mateus	Parque infantil de Abambres		
		Parque infantil de Trás-dos-Soutos		
		Parque infantil de Ribacorgo		
		Parque infantil da Vila Sol (junto à Creche)		
		Parque infantil do Santo António		
Mondrões	EB1 e JI de Mondrões		Área de Lazer de Lameira	Polidesportivo de Mondrões
Parada de Cunhos	EB1 de Parada de Cunhos	Parque infantil da Telheira		Polidesportivo da Telheira
	JI Parada Cunhos			
Torgueda	EB1 e JI de Arrabôis		Área de Lazer de Torgueda	
Vila Marim	EB1 de Agarez			
	EB1 e JI de Vila Marim			
União das Freguesias de Adoufe e Vilarinho de Samardil	JI Vila Seca	Parque infantil de Adoufe (Mão do Homem)		Polidesportivo de Mão do Homem
	EB1 Vila Seca		Área de Lazer de Mão do Homem	
	JI Gravelos		Área de Lazer de Gravelos	
	EB1 e JI de Vilarinho de Samardil			
União das Freguesias de Borbela e Lamas de Oio	EB1 e JI do Prado/Ferreiros		Área de Lazer da Urb. Vila Campos	Polidesportivo de Borbela
	JI Borbela			
	Prolongamento e Refeitório do Prado em Ferreiros (antigo edifício do JI de Ferreiros)			
União das Freguesias de Constantim e Vela de Nogueiras				Polidesportivo de Constantim Polidesportivo de Vainhouselas
União das Freguesias de Mouçós e Lamas	Centro Escolar Abade de Mouçós		Área de Lazer da Sra da Pena	Polidesportivo da Lage
	JI de Ponte na EB1 de Ponte		Área de Lazer de Ponte	Polidesportivo de Ponte
				Polidesportivo de Sangalhedo
União das Freguesias de Nogueira e Ermida				Polidesportivo de Nogueira

Freguesias	Estabelecimentos Escolares	Parques Infantis	Áreas de Lazer	Pólos Desportivos
União das Freguesias de Pena, Quintã e Vila Cova			Área de Lazer da Quintã	Pólo Desportivo de Vila Cova
União das Freguesias de São Tomé do Castelo e Justes	JI de Vila Melã			Pólo Desportivo de Justes
				Pólo Desportivo de Fortunho
	EB1 e JI da Timpeira	Parque Infantil da Almodena	Área de Lazer da Praceta do Tranco	Pólo Desportivo da Almodena
	JI nº 1 do Bairro de S. Vicente Paula	Parque Infantil do Bairro de S. Vicente Paula		Pólo Desportivo da Araucária
	Centro Escolar do Bairro de S. Vicente Paula - II	Parque Infantil Mundo da Criança		Pólo Desportivo dos Quinchoiros
	Centro Escolar do Bairro de S. Vicente Paula - EB1	Parque Infantil da Nossa Senhora da Conceição		Pólo Desportivo da Estação
	Centro Escolar das Árvores	Parque Infantil das Flores		Pólo Desportivo do Parque Corgo
	EB1 e JI do Corgo	Parque Infantil dos Quinchoiros		Pólo Desportivo do Bairro de S. Vicente Paula
	Centro Escolar da Araucária	Parque Infantil do Parque Corgo		Pólo Desportivo da Torrealeir
		Parque Infantil da Cruz das Almas		Pólo Desportivo de Alves
		Parque Infantil de Estação		Pólo Desportivo da Cruz das Almas
		Parque Infantil da Fonte Nova		Pólo Desportivo de Montezelos
		Parque Infantil do Jardim da Carreira		Pólo Desportivo do Parque Florestal
		Parque Infantil do Parque de Merendas no Complexo		Pólo Desportivo do Jardim da Carreira + Área Fitness
		Parque Infantil da Quinta das Hortas		Pólo Desportivo da Araucária (coberto)
		Parque Infantil das Ragadas		Pólo Desportivo da Escola Primária da Araucária
		Parque Infantil Torrealeir II e III Fases		Pólo Desportivo da Escola do Corgo
		Parque Infantil da Habirreal		
		Parque Infantil Alameda de Grasse		
		Parque Infantil do Parque Florestal		



ANEXO VI - AERÓDROMO MUNICIPAL

1	Propriedade	Município de Vila Real
2	Período do Seguro	1/01/2020 a 31/12/2022
3	Limite de capital de Responsabilidade Civil requerido	1 000 000 €
4	Classificação do Aeródromo	Casse II
5	Comprimento e largura da pista	946 x 30
6	Tipo de Aeronaves que regularmente utilizam o Aeródromo	Aviação Ligeira
7	Modelo de Aeronave de maior capacidade a operar no Aeródromo	DO288
8	Tráfego Autorizado	VFR/IFR
9	Serviços prestados no Aeródromo da responsabilidade do município:	
a)	Hangaragem	Não aplicável
b)	Runways/taxiways	Sim
c)	Torre de Controlo / AFIS	Sim
d)	Assistência a Aeronaves (movimentação)	Não
e)	Abastecimento e armazenamento de fuel	Sim
f)	Catering	Não
g)	Handling de bagagem e carga	Não
h)	Segurança	Sim
i)	Parqueamento Automóvel	Não
j)	Serviços de Emergência	Sim
k)	Controlo de aves	Não
l)	Controlo/manutenção de algum equipamento de navegação/radar	Sim
10	Serviços de Hangaragem prestados a terceiros	Não
a)	Tipo de aeronaves envolvidas	Não aplicável
b)	Capacidade dos Hangares	Não aplicável
c)	Valor máximo de cada tipo de aeronave	1,500,000 €
d)	Valor médio de aeronaves por Hangar	Não aplicável
11	Segurança	
a)	Altura e material da Vedação	2 metros / Rede
b)	Nº de entradas no Aeródromo e tipo de segurança nas entradas	2 / acesso condicionado
c)	Controlo utilizado nas veículas permitidas a circular na zona "airside"	Estabelecido em manual

d)	Entidade que assegura a Segurança no Aeródromo	GNR	
e)	Entidade que assegura a Vigilância do Aeródromo	Empresa privada.	
12	Serviços / Equipamentos de Emergência		
a)	Equipamento de combate a incêndio existente e responsável por garantir que as normas de segurança sejam cumpridas	CAT A3 - Responsável pelos meios de socorro	
b)	Existe equipa de bombeiros permanentes no Aeródromo.	Não	
13	Informação de Tráfego de Aeródromo	Sim	
a)	Quem é o responsável	Diretor	
b)	Como é efetuado	Nascer ao por do sol	
14	Manual de Aeródromo	Existe	
15	Sinistros pagos e ocorridos nos últimos 5 anos	Não houve	
16	Previsão de realização de trabalhos de construção civil no Aeródromo, nos próximos 12 meses.	Sim.	
17	Elementos estatísticos	Últimos 12 meses	Previsão para os próximos 12 meses
a)	Correio de Serviço Público (Bragança-Vila Real- Viseu-Cascale- Portimão)		
	Aterragens / Descolagens	3 400	4 000
	Total de movimento de passageiros	4 200	5 500
b)	Aterragens / descolagens de outras aeronaves		
	% de aeronaves aviação civil	54,52%	
	% de aeronaves de grande porte	0,00%	
	% de aeronaves militares	0,39%	
	% outras	45,09%	
c)	Receitas		
	Taxas de aterragem	0	
	Parqueamento/ Hangaragem	0	
	Frete	0	
	Alugueres e Concessionários	0	
	Outros	0	
	Total da Receita	0	

